

HABEAS CORPUS Nº 502.199 - SP (2019/0093948-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
KARINA SANTOS SALVADOR - SP290900
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDNALDO FERREIRA DE LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDNALDO FERREIRA DE LIMA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal. Na audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 10/13).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que, de acordo com o Relatório Tira de Julgamento acostado à e-STJ fl. 31, denegou a ordem.

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação/manutenção, bem como aponta a possibilidade de que sejam estabelecidas medidas cautelares diversas da prisão.

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento final do presente *habeas corpus* e, no mérito, requer a revogação do decreto de custódia preventiva (e-STJ fls. 1/6).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, inclusive reclamando o envio de cópia do acórdão impugnado e das demais peças dos autos pertinentes à solução da controvérsia. Ressalte-se, ainda, que qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo deverá ser noticiado a esta Corte Superior de Justiça.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator